

Fernando Oliveira Baptista*

A transição rural e o património**

O espaço rural procura novos contornos. Depois dos efeitos da emigração e da partida para as cidades, que marcaram os primeiros tempos da erosão da ordem tradicional dos campos, vive-se, agora, uma *transição rural* associada ao declínio da hegemonia da agricultura e à identificação do espaço rural como um *espaço de consumo*. Um dos caminhos desta *transição* passa pelo património rural.

No texto que se segue, depois de dois pontos iniciais destinados a sintetizar as alterações ocorridas, apresentam-se algumas notas sobre a *transição rural* e o património, na perspectiva da economia rural.

Resta acrescentar que se designa por espaço rural o conjunto do espaço agro-florestal e da população rural. Esta última é também sinónimo de rural. O património rural, o único de que se ocupa este texto, refere-se às duas componentes do espaço rural.

A dissociação do espaço rural

A população rural vive hoje, na sua grande maioria, dissociada do espaço agro-florestal por onde se dispersa, tanto relativamente ao trabalho como ao rendimento dos habitantes dos lugares e aldeias. A agricultura e a floresta já não asseguram esta ligação e ainda não se consolidaram outras actividades que, eventualmente, possam favorecer uma rearticulação. A ruptura ultrapassa, no entanto, o plano da economia pois, por exemplo, a maior parte da população rural já pouco percorre os campos que circundam os seus povoados.

A agricultura também já não hegemoniza a utilização do espaço agro-florestal: os sistemas agrícolas especializaram-se, agora produzem mais em menos área, e

* Instituto Superior de Agronomia/Universidade Técnica de Lisboa.

** Agradeço ao Benjamim Pereira a gentileza de ter aceite escolher e legendar a fotografia, de sua autoria, que acompanha este texto. Agradeço também à Cláudia Jorge Freire e ao Paulo Ferreira da Costa os comentários a uma primeira versão. Ao Paulo devo ainda a oportunidade que permitiu a sua elaboração bem como o apoio na fase de edição.

trocaram o auto-aprovisionamento de meios de produção pela compra destes no mercado. A substituição do estrume pelos adubos é um caso esclarecedor deste processo.

As economias domésticas rurais separaram-se da utilização do espaço, nomeadamente da agricultura e da floresta. As lenhas e as pinhas para cozinhar deram lugar à botija de gás; o pão antes cozido no forno tradicional, passou a ser comprado nas carrinhas que percorrem os aglomerados rurais; as madeiras locais são agora muito menos utilizadas na construção de casas, de outros edifícios e de equipamentos agrícolas; o plástico substituiu os cestos de vime. Os exemplos poderiam multiplicar-se.

Na alimentação, acompanhando a progressiva especialização dos sistemas de produção e a difusão de novos hábitos alimentares, o autoconsumo também foi dando lugar aos produtos comprados nas lojas locais ou nos supermercados das cidades mais próximas.

Com a retracção da agricultura, regressaram os incultos que agora não são uma fronteira de expansão do mundo agrícola e rural, mas manchas que marcam os limites, ainda em diminuição, do aproveitamento agrícola. Ou seja, já não são terras que aguardam cultivo mas áreas que sobram da agricultura e onde, eventualmente, podem vir a desenvolver-se outras actividades.

Finalmente, declinou a questão da terra. Esta já não governa vilas e aldeias e esbateram-se também as lutas pelo seu controlo, tanto nos baldios das montanhas do Centro e do Norte, como nos campos do Sul.

Um rural depois da agricultura

O avanço e o aprofundamento destes processos foram acompanhados, em particular nas últimas três décadas, por uma transformação da vida social. Criaram-se escolas, outros serviços (saúde, administrativos, de apoio técnico, bombeiros, etc.) e equipamentos (centros de apoio a idosos, polidesportivos, pavilhões culturais, etc.) em vilas e pequenas cidades. A água canalizada e as fossas sanitárias foram instaladas mesmo em povoados de pequena dimensão onde, evidenciando a crescente ruptura da agricultura e dos modos de vida com a natureza, também se difundiram redes de recolha de lixo. Adensou-se a rede viária e aumentou a densidade de televisões e de telefones. Acelerou-se, nalgumas zonas, a difusão de fábricas e oficinas. As sociabilidades ganharam novos contornos, mudaram-se os padrões de comportamento e multiplicaram-se os contactos com as cidades e vilas de maior dimensão.

A transformação das condições de vida foi ainda acompanhada por outras mudanças, mas também por permanências. Na maioria dos lugares e aldeias, o rural ainda é de nascimento, familiar e de inter-conhecimento. Paralelamente, a inter-ajuda é agora mais débil e as vilas e aldeias são aglomerados que, em muitos casos, mesmo os mais novos consideram atractivos e dizem preferir como local de residência. O governo local está agora, formal e realmente, entregue às autarquias que são as instituições em que as populações mais confiam e de que mais esperam.

O rural é também marcado por grandes movimentos de população. Excepto no *rural urbano*, que se estende pela faixa litoral que vai de Setúbal a Braga, a população residente continua em decréscimo. Este é sobretudo intenso na imensa mancha do *rural de baixa densidade* que se entende do interior norte do país a todo o Alentejo e à parte serrana do Algarve.

Os movimentos de população não se limitam, no entanto, ao despovoamento. Os locais de trabalho e de residência não coincidem para uma grande parte da população rural. Esta é uma realidade conhecida, e já estudada, sobretudo no *rural urbano* e na zona de influência das cidades interiores, mas que se verifica também no *rural de baixa densidade*, em que mais de um quarto da população activa trabalha fora do concelho onde reside.

Há ainda os emigrantes que retornaram e os imigrantes, sazonais ou moradores, que hoje são uma presença em muitas freguesias. Há também novos residentes, não imigrantes, que se instalam apenas para morar ou também para desenvolver algum negócio ou iniciativa. Em muitos concelhos cresce a renovação de velhas casas secundárias. Com frequência, outras são construídas de raiz. Os emigrantes e os que trabalham nas cidades regressam no Verão e muitos também no Natal. Há ainda os que vêm nos fins-de-semana. Esta realidade, o regresso periódico, não tem sido devidamente avaliada apesar da sua grande dimensão e do seu contributo para animar a vida e as economias locais.

As relações com o exterior, que estes movimentos da população evidenciam, estendem-se também às dinâmicas económicas locais e aos fluxos financeiros que contribuem para o rendimento dos residentes. De facto, as pensões e as reformas têm um peso elevado e decisivo no orçamento de uma grande parte dos habitantes. Paralelamente, as economias locais, em particular os seus agentes mais dinâmicos e de maior dimensão, dependem crescentemente das suas articulações com os sistemas urbanos e com outros espaços económicos.

As transformações que se têm vindo a enunciar evidenciam, por um lado, a quebra do lugar central da agricultura e, por outro, a crescente intensidade dos fluxos com o exterior nos quadros de vida e nas economias. Tudo isto se passa a nível local: este já não coincide com o espaço da economia local, não delimita mercados de trabalho, nem coincide com o espaço social dos residentes. O *local* mantém, de qualquer modo, relevância como expressão da diversidade do rural e também como um espaço: de residência e de vida das populações; de representação de interesses, nomeadamente através das autarquias, e de participação cívica.

Um espaço de consumo

No ponto anterior esboçou-se uma aproximação, ainda que parcelar, do contexto actual do espaço rural de que ressaltou a perda de centralidade do rural e do espaço agro-florestal, agora dissociados, e a preponderância das suas relações com o exterior, em particular com o sistema urbano. Ou seja, o espaço rural está agora dependente de procuras e de expectativas que lhe são externas. É certo que, de algum modo, era o que já ocorria. A diferença com o passado é, no entanto, relevante: antes havia uma constante adaptação e resposta; actualmente os contornos do espaço rural tendem a ser redesenhados e feitos sob o comando dos fluxos e procuras urbanas. Numa fórmula corrente mas esclarecedora, passou-se de um *espaço de produção* a um *espaço de consumo*.

O debate sobre o espaço rural transferiu-se, assim, para as funções que correspondem às expectativas da sociedade. Estas podem sintetizar-se em cinco pontos: produção agrícola; produção florestal; protecção ambiental e conservação da natureza, a par da valorização económica dos recursos naturais; actividades territoriais (caça, desportos, contacto com a natureza, lazer, etc.); actividades associadas à *herança rural* (património material e imaterial), nomeadamente quanto à sua valorização económica. Destas funções, as três últimas podem ainda contribuir para reunificar as economias do rural e do espaço agro-florestal, localizando nos aglomerados rurais muitas das iniciativas e entidades relacionadas com a utilização do espaço.

Na gestão e utilização do espaço rural, na sua fase actual de transformação, envolvem-se diversos interesses e agentes. As organizações agrícolas pretendem impor a ideia de multifuncionalidade como via para lhes ser confiada (e subsidiada) a utilização do espaço. As posições ambientalistas, sem implantação local, mas com uma forte influência através das entidades públicas e privadas que se ocupam da conservação da natureza, defendem, com frequência, a conversão do espaço rural numa reserva

ambiental. Os agentes económicos que se ocupam de negócios locais ou que desenvolvem iniciativas relacionadas com o espaço agro-florestal, na sua diversidade de dimensão económica, de sector de actividade e de relação com o rural (locais ou externos), defendem posições sectoriais. Há, ainda, um grupo numeroso de residentes (idosos, com profissões subalternas,...) cuja estratégia é resistir e sobreviver. Estes, dado o seu peso no mercado dos votos, repercutem sobre as autarquias os seus anseios e expectativas.

Estes diferentes interesses e agentes, que entrecruzam as suas posições e iniciativas na diversidade dos aglomerados e das manchas em que se decompõe o espaço rural, repartem-se pelas várias funções e competem pelos dinheiros públicos. Coexistem ainda com os movimentos de população que se verificam no espaço rural. Este é, no plano da economia e da vida social, uma realidade fragmentada. O que, agora, unifica a leitura do espaço rural é o mercado, ou seja, a sua visão como um *espaço de consumo*. A consolidação desta perspectiva pode ser favorecida por uma imagem do espaço rural que o legitime perante os consumidores. A dimensão ambiental e a *herança rural* podem ter, neste plano, grande relevância. No entanto, é apenas relativamente ao património rural que se vai referir esta questão.

O património rural

Podem agora sintetizar-se os contornos actuais do espaço rural: fragmentado em locais e manchas, que se articulam principalmente com os sistemas urbanos; segmentado pelos interesses dos que nele residem, trabalham ou intervêm; repartido entre as funções que assegura, mas unificado pelo mercado como *espaço de consumo*. É neste quadro que se aborda a *herança rural*, de que se podem considerar duas dimensões, de que já antes se referiram as duas grandes componentes (o património material e o imaterial), e que actualmente se procura recuperar e revalorizar no processo de *transição rural*.

As duas dimensões antes referidas são: o estudo e a análise do património como contributo para decifrar e compreender o passado; a apropriação e (re)invenção do património pela população, dando-lhe um sentido no presente e aproveitando-o como um elemento que pode favorecer os projectos de futuro (Chevallier *et al.*, 2000). Estas notas centram-se nesta segunda dimensão e referem-se a dois aspectos do património rural: a legitimidade; a vinculação a um *local* e à transmissão entre gerações.

Antes, porém, de abordar o primeiro destes aspectos convém referir o modo como a economia rural coloca, recorrendo à noção de *amenidade rural*, a valorização

económica do património. A conversão deste em *amenidade* passa pelo critério do consumidor: “O que faz que um objecto seja ou não uma amenidade, é o valor que lhe é dado por um ou por vários grupos sociais determinados. Uma paisagem não é uma amenidade enquanto tal, para todos e em todo o lado: não o é senão para os grupos sociais para os quais tem um valor” (OCDE, 2002). Com a crescente expressão do espaço rural como *espaço de consumo*, a *amenidade rural* é, com frequência, a via que segue a apropriação e a (re)invenção do património pelas populações. Neste processo têm um lugar muito relevante os agentes do património ou seja, os que se ocupam da sua identificação, promoção e colocação no mercado.

A passagem de património a *amenidade rural* e, por esta via, a sua entrada no mercado tem, como se referiu, de ser validada pelo critério do consumidor. Para este critério é relevante, na grande maioria dos casos, que haja uma legitimação. Ou seja, que alguém com credenciais, que os agentes do património e os consumidores reconheçam, confira legitimidade à *herança rural*. No caso do património rural imaterial, os antropólogos, os etnólogos e ainda profissionais de outras ciências sociais são oficiantes respeitados no exercício desta avaliação. Reconvertem-se assim, de algum modo, de estudiosos do património em seus *criadores*. Garantem a sua legitimidade.

Esta não é, no entanto, apenas relevante para o mercado. No património menos mercantilizado contribui, geralmente de modo decisivo, para obter apoios económicos e institucionais que permitem a sua preservação e renovação. Acresce que pode fazer renascer o interesse local pelo património: a tradição dos “Caretos” de Podence foi revivificada, na expressão de Paulo Raposo (2006), depois da sua redescoberta por um filme.

O processo de legitimação tem vários percursos. Um deles é o interesse de estudiosos, académicos, artistas ou de entidades culturais. O filme de Noémia Delgado sobre Podence ou os trabalhos inseridos no catálogo “Rituais de Inverno com Máscaras” são bons exemplos deste percurso. Este interesse contribui, geralmente, para fortalecer a posição do património no mercado ou para suscitar a intervenção de instituições e promotores.

Uma outra via de legitimação é a acção de entidades, públicas ou privadas, dedicadas ao reconhecimento e classificação do património. Estas intervenções, mesmo que apenas visem uma recolha de informação, impõem uma marca relevante e contribuem para definir os próprios contornos do que se identifica como património.

Há, também, sistemas de legitimação/certificação regulados por uma legislação minuciosa e com uma forte estruturação institucional onde, num processo de negociação e de compatibilização de interesses, intervêm os produtores de património, as entidades que o certificam e organismos públicos. Este é o sistema que vigora para os produtos agrícolas tradicionais e que visa dinamizar e regular o mercado deste património.

Há, finalmente, situações em que, sem qualquer legitimação, os promotores conseguem atrair consumidores para um objecto que designam como património. São casos frequentes e que, muitas vezes, procuram depois um reconhecimento para além do mercado, através de pressões junto de entidades de ordem diversa, nomeadamente, de âmbito cultural, turístico ou técnico.

A diversidade dos percursos é acompanhada por diferenças nos critérios de legitimação. Assim, nos dois últimos casos estes são sobretudo associados ao mercado, e nos dois primeiros percursos prevalecem critérios científicos e culturais. Vai abordar-se esta divergência em torno das festas estudadas no catálogo antes referido e dos produtos agrícolas tradicionais.

No espaço rural “já nada é como era” e na identificação do património rural tende a haver a conciliação de um antes, supostamente tradicional, com a evolução das condições culturais, sociais e económicas. Desta conciliação espera-se que, local e socialmente, se reconheça como património o que é designado como tal, sendo que este reconhecimento é, muitas vezes, induzido pelos agentes que promovem o património. Ou seja, há que afastar a tentação da atribuição da autenticidade, apoiada numa procura de raízes e identidades (Chevallier *et al.*, 2000), e tem de se tomar o património nos seus processos de transformação e de apropriação pelos actuais habitantes e intervenientes no rural. Os critérios de legitimação também são indissociáveis destes processos.

No caso dos produtos agrícolas tradicionais, tende a reter-se quase exclusivamente a associação de um produto e um território. Ou seja, na aplicação das normas legais têm-se privilegiado, sobretudo, as características e a qualidade dos produtos, e a sua ligação a um território. Não se valoriza, assim, de modo decisivo, para efeito de certificação, a profunda alteração verificada: nas tecnologias de produção e de transformação; nos processos de trabalho, de gestão e de organização do processo produtivo e, por vezes, mesmo nas raças animais e nas variedades vegetais.

Nas Festas dos Rapazes de Varge (Godinho, 2006) ou de Ousilhão (Almeida, 2006), e nos “Caretos” de Podence (Raposo, 2006), as transformações também foram evidentes:

mudou o critério para constituir o grupo dos rapazes que em Ousilhão passou mesmo a ser constituído por mulheres; mudaram também os próprios contextos das festas, os seus animadores e os materiais utilizados. Também o sentido das “loas” é agora outro em Varge, e em Podence o “texto” da festa é agora “uma história, da qual os espectadores e, frequentemente, os próprios actores, perderam o sentido, ou então, reinventaram-no”.

A aparente semelhança entre o que se passa com o património material dos produtos agrícolas tradicionais e o património imaterial das festas corresponde, de qualquer modo, a uma diferença decisiva nos critérios utilizados para a sua legitimação. Nos primeiros, têm preponderância o mercado e os interesses envolvidos: a avaliação e fixação da qualidade associada às características estabelecidas são o resultado da negociação entre os agentes económicos envolvidos, da produção até ao consumidor (Fragata, 2003). Para as festas aqui referidas, apesar de serem um património mercantilizado, a legitimação ainda se procura fora do mercado. Remete para a comunidade rural, que “se reconta no Verão” ou que é apenas imaginada, mas que persiste como um referencial, para além do lugar de trabalho e de residência. Remete, afinal, para a “tradição cultural” como “a referência global disponível para que os novos nós em consolidação possam pensar a sua trajectória e identidade” (Silva, 1994). Sendo que, no panorama actual, estes novos nós, podem ter a comunidade apenas como referencial da “tradição cultural”.

Esta diferença entre os produtos agrícolas tradicionais e as festas está associada não só ao grau e ao modo como se inseriram no mercado, mas sobretudo à natureza distinta destes dois tipos de património. É, de qualquer modo, uma diferença de referencial: o mercado ou a vida social da comunidade, real ou imaginada. Manter este último referencial contribui, seguramente, para ler e refazer o espaço rural como um espaço cultural e social, e não como um mero *espaço de consumo*. Retoma-se, de seguida, este tema.

O segundo aspecto, antes referido, relaciona-se com a dupla vinculação do património: associado a um *local* e transmitido entre gerações. A aplicação destes critérios implica considerar três aspectos (*Guide...*, 2000): fazer viver um património é assegurar a sua transmissão; o património é da responsabilidade de todos e não apenas dos que nasceram no *local*; o património deve contribuir para “uma identidade respeitadora da diversidade e aglutinadora de todos os habitantes de um território”. Estes postulados são mais relevantes no caso do rural de residência, do que no de nascimento e familiar. Na primeira situação, frequente noutros contextos e mesmo nalguns pontos do rural português, não persiste a ligação directa à *velha* comunidade rural nem à sua

tradição cultural. No entanto, o património – mesmo se apenas imaginado e inteiramente refeito – pode, pela história do lugar ou pela invenção de um *novo* património, persistir no quotidiano dos residentes e ser, de algum modo, incorporado nas suas práticas. Ou seja, mesmo que cada um dos residentes não saiba “muito bem o que é verdadeiramente este ‘nós’”, que agora se relaciona com o património, eles vivem num local “onde partilham com e como os outros as coisas da vida” (Dibie, 2006).

O património passa assim da memória das pessoas para a história dos lugares e, simultaneamente, dá aos residentes outra dimensão no relacionamento com o espaço onde habitam. O interesse dos forâneos pelo património pode fortalecer esta relação, ao intensificar as iniciativas locais. Oficiar a legitimidade dos percursos de partilha do património em torno de um espaço de residência, contribui para uma renovada apropriação social e cultural dos territórios e é, assim, também decisivo para a reabilitação do espaço rural, para além da dimensão do seu consumo. As ciências sociais e as instituições ligadas ao património rural são *coisas* deste presente.

Bibliografia

- Almeida, M.V. (2006), Quando a máscara esconde uma mulher, em *Rituais de Inverno com Máscaras*, Instituto Português de Museus, pp. 61-73.
- Chevallier, D. *et al.*, (2000), L'invention du patrimoine rural, *Autrement*, n° 194, pp. 11-55.
- Dibie, P. (2006), *Le village métamorphosé. Révolution dans la France profonde*, Plon, 406 p.
- Fragata, A. (2003), Da qualidade dos produtos agrícolas tradicionais: elementos para a sua elaboração social e técnica, em J. Portela e J.C. Caldas (Orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, pp. 449-462.
- Godinho, P. (2006), As “loas” que contam uma festa: permanência e mudanças na Festa dos Rapazes, em *Rituais de Inverno com Máscaras*, Instituto Português de Museus, pp. 39-59.
- Guide de valorisation do patrimoine rural* (2000), Ministère de l'Agriculture et de la Pêche de France, 176 p.
- OCDE (Organisation de Coopération et de Développement Economiques) (2002), *Des politiques de développement basées sur les aménités rurales : guide pour l'action publique*, 123 p.

Raposo, P. (2006), “Caretos” de Podence: um espectáculo de reinvenção cultural, em *Rituais de Inverno com Máscaras*, Instituto Português de Museus, pp. 75-99.

Silva, A.S. (1994) *Tempos cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*, Afrontamento, 533 p.